



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

CERTIDÃO

-----**MANUEL FRANCISCO COSTA JÚNIOR**, Presidente da Assembleia Municipal,-----

-----**CERTIFICO** que, em reunião ordinária realizada aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, a Assembleia Municipal deliberou:-----

4. Relatório e Contas Consolidadas 2018, para deliberação;-----

Foi presente à sessão, depois de ter sido presente à reunião do Executivo Extraordinária realizada aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, o Executivo tomou a seguinte deliberação inserida em ata aprovada em minuta: Foi presente o **Relatório e Contas Consolidadas 2018**. Dando cumprimento ao disposto no art.º 75º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro - Lei das Finanças Locais, considerando que o Grupo Autárquico é composto pelo Município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, consideram-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, enquadrando-se nesta situação a Associação Cultural Terra Baleeira, no ano de 2018, devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração dos resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo. -----

É esse Relatório de Gestão Consolidado, que é presente à Câmara, acompanhado do parecer e da sua certificação legal, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficial de Contas, que aprovam o referido relatório, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que vão ser rubricados por todos os membros do executivo presentes à reunião. -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar o **Relatório e Contas Consolidadas de 2018**, e em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, remete-los à Assembleia Municipal para análise, tendo em vista a sua aprovação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Os senhores Vereadores do Podemos Mais apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

“Considerando que as contas da Associação Cultural Terra Baleeira (ACTB) integram, desde 2017, o perímetro de consolidação das contas da Câmara Municipal das Lajes do Pico, atendendo à inexistência de qualquer página/portal eletrónico próprio da ACTB e tratando-se de informação relevante e do domínio público, seria recomendável, no nosso entendimento, a publicação das contas desta Associação na página oficial do Município, paralelamente às Contas Consolidadas da Câmara Municipal.” -----

Posto à votação o Relatório e Contas Consolidadas 2018 foi aprovado por unanimidade com onze votos a favor dos membros eleitos pelo PS, Manuel Francisco Costa Júnior, Manuel Paulino Costa, Luisabela Coutinho, Eugénio Freitas, Álvaro Lopes, Nilton Goulart e dos presidentes das juntas de freguesia eleitos pelo PS, Manuel F. Dutra, Ana Neves (Secretária da Junta de Freguesia das Ribeiras, em substituição do seu Presidente Mário Tomé), Óscar Pimentel, Cremildo Marques e Renato Vieira, e com seis votos a favor dos membros eleitos pelo Movimento *Podemos Mais*, Maria de Fátima Soares, Humberta Bettencourt, Álvaro Soares, Isabel Neves, Nuno Quadros e Maria da Conceição Alvernaz.-----

-- Por ser verdade passei a presente certidão que assino.-----

Lajes do Pico, aos dezanove dias de junho do ano de dois mil e dezanove.

O Presidente da Assembleia Municipal,


Manuel Francisco Costa Júnior

CERTIDÃO

ALBINO MANUEL ANDRÉ ROQUE, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, -
CERTIFICO que, em reunião Extraordinária realizada aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, o Executivo tomou a seguinte deliberação inserida em ata aprovada em minuta: -----

2. Relatório e Contas Consolidadas 2018 - para deliberação; -----

Dando cumprimento ao disposto no art.º 75º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro - Lei das Finanças Locais, considerando que o Grupo Autárquico é composto pelo Município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, consideram-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, enquadrando-se nesta situação a Associação Cultural Terra Baleeira, no ano de 2018, devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração dos resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo. -----

É esse Relatório de Gestão Consolidado, que é presente à Câmara, acompanhado do parecer e da sua certificação legal, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficial de Contas, que aprovam o referido relatório, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que vão ser rubricados por todos os membros do executivo presentes à reunião. -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar o Relatório e Contas Consolidadas de 2018, e em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, remete-los à Assembleia Municipal para análise, tendo em vista a sua aprovação. -----

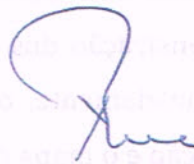
Os senhores Vereadores do Podemos Mais apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“Considerando que as contas da Associação Cultural Terra Baleeira (ACTB) integram, desde 2017, o perímetro de consolidação das contas da Câmara Municipal das Lajes do Pico, atendendo à inexistência de qualquer página/portal eletrónico próprio da ACTB e tratando-se de informação relevante e do domínio público, seria recomendável, no nosso entendimento, a publicação das contas desta Associação na página oficial do Município, paralelamente às Contas Consolidadas da Câmara Municipal.” -----

-- Por ser verdade passei a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município. -----

Lajes do Pico, 18 de junho de 2019.

O Chefe de Divisão,



Albino Manuel André Roque

MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2018

(Segundo as instruções da Orientação n.º 1/2010 publicada em anexo à Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho e de acordo com as Instruções do SATAPOCAL para a consolidação de contas do exercício de 2010 e para o exercício de 2014 e seguintes)

APROVAÇÃO

Câmara Municipal – Reunião de __ / 06 / 2019

MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO – RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2018



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

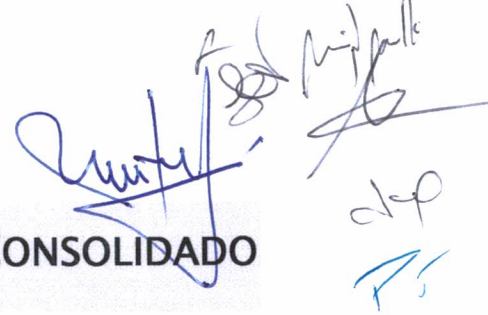
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

MAIO DE 2019

ÍNDICE

Relatório de Gestão Consolidado	3
Balanço Consolidado	10
Demonstração de Resultados Consolidada, por natureza.....	14
Mapa de Fluxos de caixa Consolidado de Operações Orçamentais	17
Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada.....	18





RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

I – Introdução

De acordo com o preconizado no art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) os municípios, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, designando-se, deste modo, as entidades expressamente identificadas por “ entidade mãe ” ou “ entidade consolidante ”.

Assim sendo, e de acordo com o exposto no art.º 75º, n.º 3, do referido diploma, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Nos termos do n.º 6 do artigo 75º da mesma Lei, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

No entanto, o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), não estabelece os métodos de consolidação de contas, nem os documentos a anexar, facto que só foi colmatado com a publicação da Portaria n.º 474/2010, de 15 de



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

junho, que aprovou a Orientação n.º.1 /2010 intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, que veio estabelecer um conjunto de princípios enquadramentos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no sector público administrativo, sendo aplicáveis, entre outros, a todos os serviços e organismos da administração local, designadamente quanto à obrigatoriedade, dispensa e exclusões da consolidação.

Atendendo às especificidades do subsector das Autarquias Locais, o subgrupo de Apoio Técnico do POCAL – SATAPOCAL, elaborou instruções sobre a consolidação de contas pelos Municípios, para o exercício de 2010 e para o exercício de 2014 e seguintes, caso não sejam publicadas entretanto, normas de consolidação de contas no POCAL ou uma norma única de consolidação de contas aplicável.

Estas instruções visam articular os regimes previstos na RFALEI e na Portaria e na Orientação, bem como ultrapassar algumas lacunas em matérias não previstas naquelas normas, de modo a operacionalizar a obrigação de consolidação de contas pelos Municípios.

Definidas assim as premissas, essenciais ao processo de consolidação, o Município das Lajes do Pico procedeu à consolidação das contas do exercício de 2018, dando cumprimento ao previsto no art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.



Informações relativas as entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente as entidades incluídas no perímetro de consolidação:

a1) *Município das Lajes do Pico – NIF 512074143;*

a2) *Associação Cultural Terra Baleeira – NIF 512 057 907*

A Associação Cultural Terra Baleeira (ACTB), instituição sem fins lucrativos, tem como objeto principal o apoio, no Município das Lajes do Pico, à dinamização cultural, recreativa e desportiva, à realização de espetáculos musicais e culturais, à realização de festividades concelhias e à organização da manifestação cultural anual tradicionalmente identificada como "Semana dos Baleeiros".

II- Execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela grupo consolidado

Apesar de a ACTB não ter execução orçamental com o POCAL, tal como acontece com o Município, optou-se por considerar todos os recebimentos como receitas correntes e todos os pagamentos como despesas correntes.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

III – Situação económica e financeira do grupo consolidado

ESTRUTURA DO BALANÇO

INDICADORES (em %)	2017	2018
Solvabilidade (Fundos Próprios – Bens de domínio público)/Passivo	-0,71	-0,68
Imobilizado/Ativo	0,99	0,98
Existências/Ativo	0,01	0,01
Dívidas de Terceiros ct prazo/Ativo	0,00	0,01
Disponível/Ativo	0,00	0,00
Acrescimos e Dif. Ativo/Ativo	0,00	0,00
Outros indicadores	2017	2018
Fundos Próprios/Ativo	0,25	0,32
Provisões para Riscos.../Ativo	0,00	0,00
Dívidas a Terc. m-l prazo/Ativo	0,10	0,08
Dívidas a Terc. curto prazo/Ativo	0,03	0,03
Acrescimos e Dif. Passivo/Ativo	0,60	0,57

ESTRUTURA DE CUSTOS

INDICADORES	2017	2018
(1) Mercadorias e Matérias/Proveitos Operacionais	0,05	0,04

(2) Fornecimentos Serv Ext/Proveitos Operacionais	0,20	0,22
(3) Custos c/ Pessoal/Proveitos Operacionais	0,33	0,36
(4) Juros e similares/Proveitos Operacionais	0,02	0,02
(1)+(2)+(3)+(4)/Proveitos Operacionais	0,59	0,64
Outros indicadores	2017	2018
Amortizações op. do ex./Proveitos Operacionais	0,39	0,31
Provisões op. do exerc./Proveitos Operacionais	0,00	0,00
Outros Custos Operac./Proveitos Operacionais	0,01	0,00
Custos Extraordinários/Proveitos Operacionais	0,12	0,08

ESTRUTURA DE PROVEITOS

INDICADORES	2017	2018
Impostos e Taxas/Proveitos Operacionais	0,09	0,09
Venda de Bens e Prestação de Serviços/Proveitos Operacionais	0,11	0,12
Outros Proveitos Operac./Proveitos Operacionais	0,00	0,00
Proveitos financ e extraord/Proveitos Operacionais	0,31	0,47
Trabalhos p/ própria ent./Proveitos Operacionais	0,00	0,00
Proveitos suplementares/Proveitos Operacionais	0,00	0,00
Transferências e subsídios obtidos/Proveitos Operacionais	0,81	0,79
Proveitos financeiros/Proveitos Operacionais	0,03	0,04
Proveitos Extraordinários/Proveitos Operacionais	0,15	0,43

LIQUIDEZ

INDICADORES	2017	2018
--------------------	-------------	-------------

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Liquidez Geral (Circulante/Dívidas ct pz)	0,28	0,42
Liq. Reduzida (Circulante-Existências/Dív ct pz)	0,12	0,25
Liq. imediata (Cx+Dep+Títulos neg/Dívidas ct pz)	0,05	0,04
Enc Financeiros líq/Proveitos Operacionais	0,01	0,00

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Nos termos do n.º 7 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem este relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço consolidado;
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Os referidos documentos foram elaborados segundo os princípios da relevância e materialidade, da fiabilidade, da neutralidade, da plenitude, da comparabilidade espacial e temporal e da representação fidedigna da informação nelas contida.

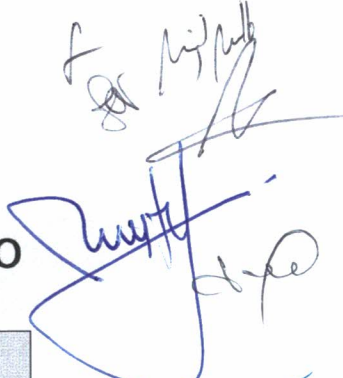
to pílula
de
R



Relatório



BALANÇO CONSOLIDADO


 Rui
 P.

Código das contas	ATIVO	Exercício			Exercício
		2018			2017
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	456.269,67 €	0,00 €	456.269,67 €	443.069,67 €
452	Edifícios	5.677.314,57 €	505.923,75 €	5.171.390,82 €	5.266.199,58 €
453	Outras construções e infra-estruturas	43.503.733,60 €	23.120.550,54 €	20.383.183,06 €	21.404.287,07 €
455	Bens pat. histórico artístico e cultural	433.861,26 €	133.669,48 €	300.191,78 €	308.045,18 €
459	Outros bens do domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
445	Imobilizações em curso	993.914,84 €	0,00 €	993.914,84 €	712.464,51 €
446	Adiant. por conta bens domínio pub.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		51.065.093,94 €	23.760.143,77 €	27.304.950,17 €	28.134.066,01 €
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	153.943,27 €	148.934,20 €	5.009,07 €	8.726,43 €
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	651.525,70 €	570.835,97 €	80.689,73 €	96.827,00 €
433	Propried.industrial e outros direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
443	Imobilizações em curso	53.955,35 €	0,00 €	53.955,35 €	57.462,35 €
		859.424,32 €	719.770,17 €	139.654,15 €	163.015,78 €
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	1.777.026,09 €	0,00 €	1.777.026,09 €	1.631.055,47 €
422	Edifícios e outras construções	7.409.389,32 €	2.603.616,07 €	4.805.773,25 €	4.993.312,39 €



Código das contas	ATIVO	Exercício			Exercício
		2018			2017
		AB	A/P	AL	AL
423	Equipamento básico	216.359,98 €	192.641,90 €	23.718,08 €	7.185,31 €
424	Equipamento de transporte	504.565,43 €	375.304,22 €	129.261,21 €	91.783,28 €
425	Ferramentas e utensílios	43.557,25 €	39.144,58 €	4.412,67 €	4.606,18 €
426	Equipamento administrativo	218.272,40 €	189.107,91 €	29.164,49 €	34.876,78 €
429	Outras imobilizações corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49.809,53 €
442	Imobilizações em curso	124.607,39 €	69.630,66 €	54.976,73 €	0,00 €
448	Adiantam. por conta Imobiliz. Corp.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		10.293.777,86 €	3.469.445,34 €	6.824.332,52 €	6.812.628,94 €
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
412	Obrigações e títulos de participação	197.554,50 €	0,00 €	197.554,50 €	307.306,16 €
414	Investimentos em imóveis	4.292,21 €	4.292,21 €	0,00 €	0,00 €
		201.846,71 €	4.292,21 €	197.554,50 €	307.306,16 €
	Circulante:				
	Existências:				
32	Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
36	Matérias-primas subsíd. consumo	186.971,35 €	0,00 €	186.971,35 €	182.139,07 €
		186.971,35 €		186.971,35 €	182.139,07 €
	Dívidas de terceiros – curto prazo:				
211	Clientes	47.062,00 €	0,00 €	47.062,00 €	28.831,38 €
212	Contribuintes c/C	20,44 €	0,00 €	20,44 €	20,44 €
213	Utentes c/c	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
218	Clientes contrib. utentes cob. duvidosa	26.912,60 €	26.912,60 €	0,00 €	0,00 €
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
24	Estado e outros entes públicos	57.181,44 €	0,00 €	57.181,44 €	47.247,58 €
264	Administração autárquica	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Código das contas	ATIVO	Exercício 2018			Exercício 2017
		2018			2017
		AB	A/P	AL	AL
262+263+267+268	Outros devedores	125.271,82 €	0,00 €	125.271,82 €	0,00 €
		256.448,30 €	26.912,60 €	229.535,70 €	76.099,40 €
	Depósitos em instit. financ. e caixa:				
12	Depósitos em instit. financeiras	40.578,39 €	0,00 €	40.578,39 €	61.529,82 €
11	Caixa	474,60 €	0,00 €	474,60 €	448,94 €
		41.052,99 €		41.052,99 €	61.978,76 €
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	56.988,99 €	0,00 €	56.988,99 €	49.647,16 €
272	Custos diferidos	16.837,18 €	0,00 €	16.837,18 €	22.359,99 €
		73.826,17 €		73.826,17 €	72.007,15 €
	Total de Amortizações		27.953.651,49 €		
	Total de Provisões		26.912,60 €		
	Total do Ativo	62.978.441,64 €	27.980.564,09 €	34.997.877,55 €	35.809.241,27 €

Handwritten signatures and initials:
 Top right: *Handwritten signature*
 Middle right: *Handwritten signature*
 Bottom right: *Handwritten initials "PI"*



Código das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício 2018	Exercício 2017
	Fundos Próprios:		
51	Património	16.580.698,19 €	16.580.698,19 €
	Reservas:	0,00 €	0,00 €
571	Reservas legais	0,00 €	0,00 €
574	Reservas livres	0,00 €	0,00 €
576	Doações	17.575,02 €	17.575,02 €
59	Resultados transitados	-7.334.438,34 €	-7.493.827,35 €
88	Resultado líquido do exercício	1.926.627,42 €	18.286,79 €
	Total dos Fundos Próprios	11.190.462,29 €	9.122.732,65 €
	Passivo:		
	Dívidas a terceiros – médio e longo prazo:		
2312	Dívidas a instituições de crédito	2.935.518,37 €	3.744.238,67 €
26	Devedores e Credores Diversos	10.975,25 €	131.702,16 €
		2.946.493,62 €	3.875.940,83 €
	Dívidas a terceiros – curto prazo:		
2311	Dívidas a instituições de crédito	0,00 €	0,00 €
2312	Dívidas a instituições de crédito – exigível a curto prazo	809.480,31 €	828.384,00 €
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00 €	0,00 €
221	Fornecedores c/c	90.061,25 €	50.981,14 €
228	Fornecedores – Faturas receção conferência	0,00 €	0,00 €
217	Clientes e utentes c/ cauções	13.763,84 €	13.763,84 €
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	51.463,67 €	76.262,12 €
2618	Fornecedores de imobilizado –fat rec. Conferencia	0,00 €	0,00 €
24	Estado e outros entes públicos	5.823,95 €	4.583,81 €


 dep
 PS



Código das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício 2018	Exercício 2017
264	Administração autárquica	0,00 €	0,00 €
262+263+ 267+268	Outros credores	106.515,14 €	172.277,56 €
		1.077.108,16 €	1.146.252,47 €
273	Acréscimos e diferimentos: Acréscimos de custos	435.837,06 €	276.598,62 €
274	Proveitos diferidos	19.347.976,42 €	21.387.716,70 €
		19.783.813,48 €	21.664.315,32 €
		23.807.415,26 €	26.686.508,62 €
	Total do Passivo	€	€
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	34.997.877,55 €	35.809.241,27 €

Abreviaturas:

AB = Ativo Bruto

A/P = Amortizações e provisões acumuladas

AL = Ativo Líquido

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA, POR NATUREZA

Código das	Exercício	Exercício
------------	-----------	-----------

contas		2018		2017	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo mercadorias vendidas matérias consumidas	229.533,72 €	229.533,72 €	233.715,40 €	233.715,40 €
62	Fornecimentos e serviços externos	1.118.540,47 €		985.775,57 €	
64	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações pessoal	1.509.593,22 €		1.329.798,76 €	
643 a 648	Outros	377.953,62 €	3.006.087,31 €	323.375,48 €	2.638.949,81 €
63	Transf subsídios correntes conced e prest. sociais	320.235,61 €	320.235,61 €	356.316,56 €	356.316,56 €
66	Amortizações do exercício	1.604.855,85 €		1.944.064,83 €	
67	Provisões do exercício	698,07 €	1.605.553,92 €	419,54 €	1.944.484,37 €
65	Outros custos operacionais	25.091,73 €	25.091,73 €	26.786,83 €	26.786,83 €
	(A)		5.186.502,29 €		5.200.252,97 €
68	Custos e Perdas Financeiros		80.407,87 €		92.783,32 €
	(C)		5.266.910,16 €		5.293.036,29 €
69	Custos e Perdas Extraordinários		398.371,12 €		615.136,66 €
	(E)		5.665.281,28 €		5.908.172,95 €
86	Imposto sobre o Rendimento		168,75 €		0,00 €
88	Resultado Líquido do Exercício		1.926.627,42 €		18.286,79 €
			7.592.077,45 €		5.926.459,74 €
	PROVEITOS E GANHOS				

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Código das contas		Exercício		Exercício	
		2018		2017	
71	Vendas e prestações de serviços	595.235,62 €	595.235,62 €	534.782,01 €	534.782,01 €
72	Impostos e taxas	485.504,17 €		428.177,36 €	
74	Transferências e subsídios obtidos	4.093.939,43 €		4.056.846,37 €	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00 €		0,00 €	
76	Outros proveitos operacionais	0,00 €	4.579.443,60 €	0,00 €	4.485.023,73 €
	(B)		5.174.679,22 €		5.019.805,74 €
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		183.290,33 €		139.260,53 €
	(D)		5.357.969,55 €		5.159.066,27 €
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		2.234.107,90 €		767.393,47 €
	(F)		7.592.077,45 €		5.926.459,74 €

Resultados Operacionais: (B)–(A)

–11.823,07 €

–180.447,23 €

Resultados Financeiros: (D–B)–(C–A)

102.882,46 €

46.477,21 €

Resultados Correntes: (D)–(C)

91.059,39 €

–133.970,02 €

Resultado Líquidos: (F)–(E)

1.926.627,42 €

18.286,79 €

Handwritten signatures and initials in blue ink.



MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Recebimentos	Consolidado		Pagamentos	Consolidado	
Saldo da Gerência Anterior:			Despesas Orçamentais:		
Execução Orçamental		37.320,09 €	Correntes	3.551.589,53 €	
Receitas Orçamentais:			Capital	2.064.661,48 €	5.616.251,01 €
Correntes	5.122.767,74 €				
Capital	464.250,83 €		Saldo p/ Gerência Seguinte:		
Outras	4.844,68 €	5.591.863,25 €	Execução Orçamental		12.932,33 €
Total dos Recebimentos		5.629.183,34 €	Total dos Pagamentos		5.629.183,34 €



ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CONSOLIDADA

Handwritten signatures and initials in blue ink.

As notas que se seguem respeitam o modelo da estrutura do Anexo incluído nas Instruções do SATAPOCAL para a consolidação de contas do ano de 2010 e 2014 e seguintes. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis às contas consolidadas da Autarquia ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

Entidade Mãe

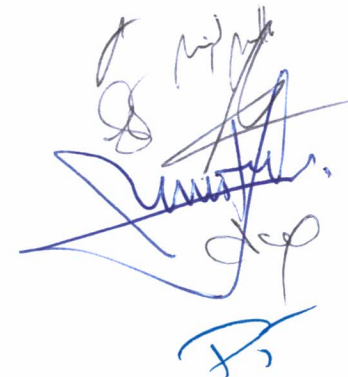
- Município das Lajes do Pico

Câmara Municipal

9330-135 Lajes do Pico



N.º de Identificação Fiscal – 512 074 143



Entidades incluídas no perímetro de consolidação

- Associação Cultural Terra Baleeira

N.º de Identificação Fiscal – 512 057 907

A Associação Cultural Terra Baleeira , Instituição Sem Fins Lucrativos, tem como objeto principal o apoio, no Município das Lajes do Pico, à dinamização cultural, recreativa e desportiva, à realização de espetáculos musicais e culturais, à realização de festividades concelhias e à organização da manifestação cultural anual tradicionalmente identificada como "Semana dos Baleeiros".

3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas

Movimentos da Demonstração de Resultados



Código das contas	Designação	Município das Lajes do Pico	ACTB	Soma	Eliminação operações recíprocas	Consolidado
69	Custos e perdas extraordinários	568.371,12 €	0,00 €	568.371,12 €	-170.000,00 €	398.371,12 €
79	Transferências e subsídios obtidos	4.083.939,43 €	180.000,00 €	4.263.939,43 €	-170.000,00 €	4.093.939,43 €





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos, desagregada por rubrica patrimonial

Código/ designação das contas	Dívidas a terceiros de médio / longo prazo		Eliminação de créditos/ dívidas recíprocas	Grupo publico consolidado
	Município das Lajes do Pico	ACTB		
Dívidas a instituições de crédito	2.935.518,37 €	0,00 €	0,00 €	2.935.518,37 €
Outros devedores e credores	10.975,25 €	0,00 €	0,00 €	10.975,25 €
<i>Total</i>	<i>2.946.493,62 €</i>	<i>0,00 €</i>	<i>0,00 €</i>	<i>2.946.493,62 €</i>
Montante da dívida a terceiros que se vença nos próximos 4 anos	2.025.628,33 €	0,00 €		2.025.628,33 €

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros, desagregada por tipo:

Tipo de fluxos	Município das Lajes do Pico/ACTB									
	Obrigações / pagamentos					Direitos/ recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00 €	170.000,00 €	0,00 €	170.000,00 €	0,00 €	0,00 €	170.000,00 €	0,00 €	170.000,00 €	0,00 €
Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empréstimos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Relações comerciais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Participações do capital em numerário	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Participações do capital em espécie	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	170.000,00 €	0,00 €	170.000,00 €	0,00 €	0,00 €	170.000,00 €	0,00 €	170.000,00 €	0,00 €



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7. Informações relativas a políticas contabilísticas:

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões

Bens de Domínio Público, Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

Para efeitos de avaliação e atualização, os bens do imobilizado corpóreo e os bens do domínio público do grupo consolidado, estão contabilisticamente relevados pelos valores do custo de aquisição e, na sua falta, pelo valor de avaliação. As imobilizações em curso são valoradas pelo custo de construção.

As imobilizações incorpóreas estão valoradas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efetuadas, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

Investimentos Financeiros

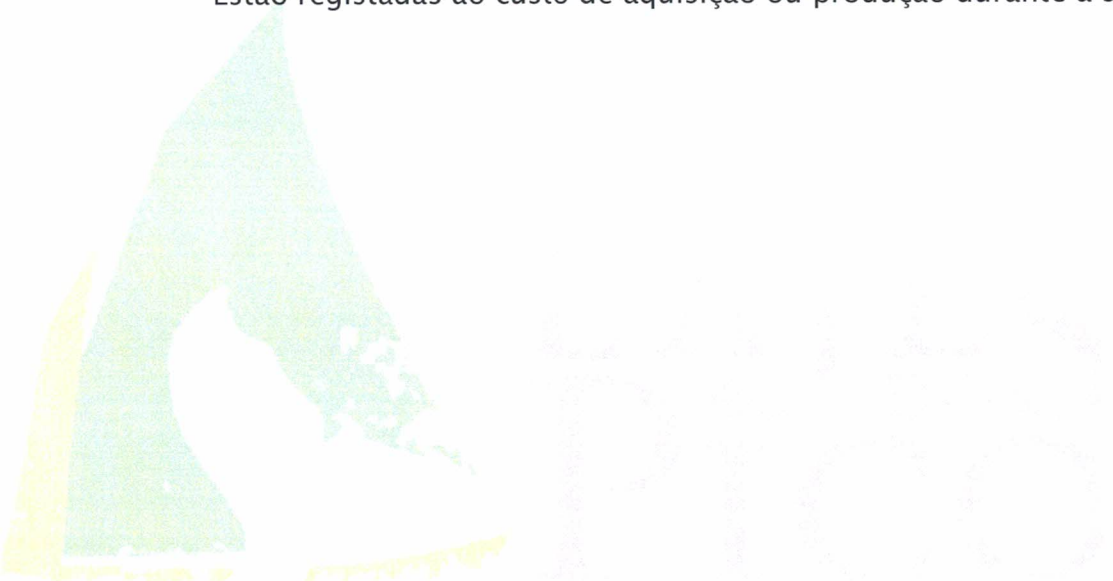
Os Investimentos Financeiros (partes de capital) encontram-se relevados ao custo de aquisição.

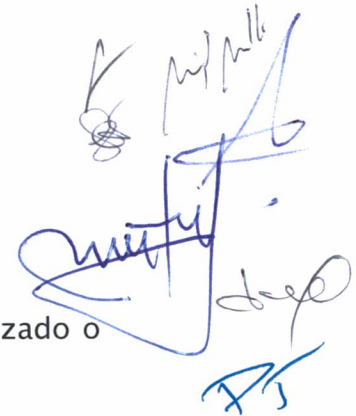


Imobilizações em Curso

Estão registadas ao custo de aquisição ou produção durante a sua fase de construção.

A. N. P. L.
[Handwritten signature]





Amortizações

As amortizações e reintegrações foram calculadas em função da vida útil de cada tipo de bem. Para tal, foi utilizado o método das quotas constantes e as taxas aplicadas foram as previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Para bens avaliados do Município para efeito de inventário inicial foram fixadas amortizações com base na estimativa do período de vida útil esperada. Os critérios específicos para determinação das taxas de amortização encontram-se detalhados no Relatório de Avaliação de Bens Imóveis aprovado pelos Órgãos Executivo e Deliberativo no ano de 2005.

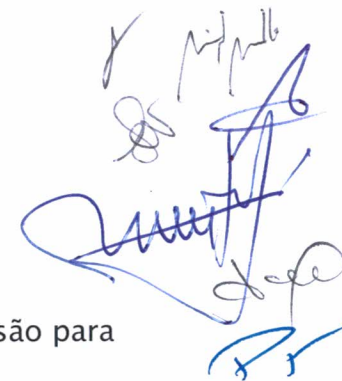
Foi tido em conta o critério da materialidade constante do artigo 34º do CIBE, sendo amortizados num só exercício os bens cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública.

Existências

No âmbito do sistema de inventário permanente de existências os critérios valorimétricos adotados foram os seguintes.

- As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção.
- O método de custeio das saídas de armazém adotado foi o do custo médio ponderado.





Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. A provisão para cobrança duvidosa corresponde aos valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva.

Disponibilidades

As disponibilidades de Caixa e de Depósitos exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos;

Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8. Informações relativas a determinadas rubricas:

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões

Ativo Bruto

Rubricas	Consolidado					
	Saldo inicial	Reavaliações / ajustamentos	Aumentos	Regularizações	Transferências e abates	Saldo final
De bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	443.069,67 €	13.200,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	456.269,67 €
Edifícios	5.677.314,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.677.314,57 €
Outras construções e infra-estruturas	43.328.552,23 €	0,00 €	175.181,37 €	0,00 €	0,00 €	43.503.733,60 €
Bens patrim. histórico, artístico e cultural	433.861,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	433.861,26 €
Outros bens de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imobilização em curso	712.464,51 €	0,00 €	281.450,33 €	0,00 €	0,00 €	993.914,84 €
Adiantamentos por conta de bens de domínio publico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	50.595.262,24 €	13.200,00 €	456.631,70 €	0,00 €	0,00 €	51.065.093,94 €
De imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	153.943,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	153.943,27 €
Despesas de investigação e desenvolvimento	617.470,90 €	0,00 €	29.924,80 €	0,00 €	4.130,00 €	651.525,70 €
Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imobilização em curso	57.462,35 €	0,00 €	623,00 €	0,00 €	-4.130,00 €	53.955,35 €
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €



Consolidado						
Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações / ajustamentos	Aumentos	Regularizações	Transferências e abates	Saldo final
	828.876,52 €	0,00 €	30.547,80 €	0,00 €	0,00 €	859.424,32 €
De imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	1.631.055,47 €	145.970,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.777.026,09 €
Edifícios e outras construções	7.397.699,72 €	0,00 €	11.689,60 €	0,00 €	0,00 €	7.409.389,32 €
Equipamento básico	196.196,70 €	0,00 €	20.163,28 €	0,00 €	0,00 €	216.359,98 €
Equipamento de transporte	436.432,19 €	0,00 €	26.599,88 €	0,00 €	41.533,36 €	504.565,43 €
Ferramentas e utensílios	42.263,50 €	0,00 €	1.293,75 €	0,00 €	0,00 €	43.557,25 €
Equipamento administrativo	213.569,21 €	0,00 €	4.703,19 €	0,00 €	0,00 €	218.272,40 €
Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras imobilizações corpóreas	112.858,61 €	0,00 €	11.748,78 €	0,00 €	0,00 €	124.607,39 €
Imobilizações em curso	0,00 €	31.533,36 €	10.000,00 €	0,00 €	-41.533,36 €	0,00 €
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	10.030.075,40 €	177.503,98 €	86.198,48 €	0,00 €	0,00 €	10.293.777,86 €
De investimentos financeiros:						
Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Obrigações e títulos de participação	307.306,16 €	-109.751,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	197.554,50 €
Investimentos em imóveis:						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções						
Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras construções	4.292,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.292,21 €
Outras aplicações financeiras:						
Depósitos em instituições financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Títulos da dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Consolidado						
Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações / ajustamentos	Aumentos	Regularizações	Transferências e abates	Saldo final
Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	311.598,37 €	-109.751,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	201.846,71 €
TOTAL GERAL	61.765.812,53 €	80.952,32 €	573.377,98 €	0,00 €	0,00 €	62.420.142,83 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Amortizações

Consolidado				
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Regulariz.	Saldo final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios	411.114,99 €	94.808,76 €	0,00 €	505.923,75 €
Outras construções e infra-estruturas	21.924.265,16 €	1.196.285,38 €	0,00 €	23.120.550,54 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	125.816,08 €	7.853,40 €	0,00 €	133.669,48 €
Outros bens de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	22.461.196,23 €	1.298.947,54 €	0,00 €	23.760.143,77 €
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	145.216,84 €	3.717,36 €	0,00 €	148.934,20 €
Despesas de investigação e desenvolvimento	520.643,90 €	50.192,07 €	0,00 €	570.835,97 €
Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €



Consolidado				
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Regulariz.	Saldo final
	665.860,74 €	53.909,43 €	0,00 €	719.770,17 €
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	2.404.387,33 €	199.228,74 €	0,00 €	2.603.616,07 €
Equipamento básico	189.011,39 €	3.630,51 €	0,00 €	192.641,90 €
Equipamento de transporte	344.648,91 €	30.655,31 €	0,00 €	375.304,22 €
Ferramentas e utensílios	37.657,32 €	1.487,26 €	0,00 €	39.144,58 €
Equipamento administrativo	178.692,43 €	10.415,48 €	0,00 €	189.107,91 €
Outras imobilizações corpóreas	63.049,08 €	6.581,58 €	0,00 €	69.630,66 €
	3.217.446,46 €	251.998,88 €	0,00 €	3.469.445,34 €
De investimentos financeiros:				
Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Obrigações e títulos de participação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Investimentos em imóveis:	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções				
Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras construções	4.292,21 €	0,00 €	0,00 €	4.292,21 €
Outras aplicações financeiras:	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depósitos em instituições financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Títulos da dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	4.292,21 €	0,00 €	0,00 €	4.292,21 €
TOTAL GERAL	26.348.795,64 €	1.604.855,85 €	0,00 €	27.953.651,49 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Código Contas	Vendas e das prestações de serviços	Exercício	Exercício
		2018	2017
7111	Vendas de mercadorias	0,00 €	0,00 €
7112+7113	Vendas de produtos	378.651,15 €	359.380,24 €
712	Prestações de serviços	216.584,47 €	175.401,77 €
		595.235,62 €	534.782,01 €

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Todos os valores do balanço e da demonstração dos resultados consolidados são comparáveis com os do exercícios anterior.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código Contas	Custos e Perdas	Exercício	Exercício	Código Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	Exercício
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	73.513,08 €	85.795,37 €	781	Juros obtidos	0,00 €	0,00 €
685	Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empr	0,00 €	0,00 €	783	Rendimentos de imóveis	183.290,33 €	139.064,10 €
688	Outros custos e perdas financeiros	6.894,79 €	6.987,95 €	784	Rendimentos de participações de capital	0,00 €	196,43 €
				786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €	0,00 €
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00 €	0,00 €
	Resultados financeiros	102.882,46 €	46.477,21 €				
		183.290,33 €	139.260,53 €			183.290,33 €	139.260,53 €



Handwritten signatures and initials in blue ink.

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código Contas	Custos e Perdas	Exercício	Exercício	Código Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	Exercício
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	516.536,72 €	452.275,35 €	793	Ganhos em existências	0,00 €	0,00 €
692	Dívidas incobráveis	0,00 €	0,00 €	794	Ganhos em imobilizações	0,00 €	0,00 €
693	Perdas em existências	2.287,53 €	8.376,23 €	795	Benefícios de penalidades contratuais	840,23 €	675,56 €
694	Perdas em imobilizações	0,00 €	216.592,87 €	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00 €	0,00 €
697	Correções relativas a exercícios anteriores	504,33 €	238,38 €	797	Correções relativas a exercícios anteriores	1.280,59 €	1.325,93 €
698	Outros custos e perdas extraordinários	49.042,54 €	72.653,83 €	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.231.987,08 €	765.391,98 €
	Resultados extraordinários	1.665.736,78 €	17.256,81 €				
		2.234.107,90 €	767.393,47 €			2.234.107,90 €	767.393,47 €

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Consolidado



Código das contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
291	Provisões para cobranças duvidosas	26.214,53 €	698,07 €	0,00 €	26.912,60 €
292	Provisões para riscos e encargos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
39	Provisões para deprec. de existências	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
49	Provisões para investimentos financeiro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos

O Município das Lajes do Pico e a ACTB não detêm qualquer bem em regime de locação financeira.

Lajes do Pico, 30 de maio de 2019

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 34.997.878 euros e um total de fundos próprios de 11.190.462 euros, incluindo um resultado líquido de 1.926.627 euros), a Demonstração de resultados consolidada por natureza e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reservas

A vertente de gestão patrimonial, à qual se encontra afeto o serviço de património do Município das Lajes do Pico, continua em fase de consolidação e ainda se verificam alguns constrangimentos na gestão do património do Município. Verificámos que tem sido significativo e importante o esforço dos serviços e do Órgão Executivo no desenvolvimento de procedimentos tendo em vista a contínua regularização da situação existente, mas todo um conjunto de lapsos cometidos nomeadamente nos primeiros anos de vigência do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, não permitem assegurar de forma inequívoca que os valores que integram o imobilizado bruto do Grupo correspondam à sua totalidade e estejam devidamente registados por valores adequados, que as amortizações e reintegrações contabilizadas sejam as devidas para fazer face às efetivas perdas de valor, bem como que as amortizações dos subsídios ao investimento que têm sido obtidos correspondam à proporção devida das correspondentes amortizações e reintegrações dos bens subsidiados. Entendemos que apenas a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) irá permitir a devida regularização destas situações através dos mecanismos previstos neste novo normativo contabilístico.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POICAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Maia, 11 de junho de 2019



NELSON MOINHOS & PAULO LIMA, SROC (n.º 131)
representada por
Paulo Roberto de Souza Mathias Lima, ROC (n.º 750)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 34.997.878 euros e um total de fundos próprios de 11.190.462 euros, incluindo um resultado líquido de 1.926.627 euros), a Demonstração de resultados consolidada por natureza e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reservas

A vertente de gestão patrimonial, à qual se encontra afeto o serviço de património do Município das Lajes do Pico, continua em fase de consolidação e ainda se verificam alguns constrangimentos na gestão do património do Município. Verificámos que tem sido significativo e importante o esforço dos serviços e do Órgão Executivo no desenvolvimento de procedimentos tendo em vista a contínua regularização da situação existente, mas todo um conjunto de lapsos cometidos nomeadamente nos primeiros anos de vigência do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, não permitem assegurar de forma inequívoca que os valores que integram o imobilizado bruto do Grupo correspondam à sua totalidade e estejam devidamente registados por valores adequados, que as amortizações e reintegrações contabilizadas sejam as devidas para fazer face às efetivas perdas de valor, bem como que as amortizações dos subsídios ao investimento que têm sido obtidos correspondam à proporção devida das correspondentes amortizações e reintegrações dos bens subsidiados. Entendemos que apenas a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) irá permitir a devida regularização destas situações através dos mecanismos previstos neste novo normativo contabilístico.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Maia, 11 de junho de 2019



NELSON MOINHOS & PAULO LIMA, SROC (n.º 131)
representada por
Paulo Roberto de Souza Mathias Lima, ROC (n.º 750)

PARECER SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Em conformidade com o disposto na Lei das Finanças Locais, como seja nas alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem o Revisor Oficial de Contas do **MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO**, nomeado para os anos de 2017 a 2019 por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de abril de 2017, sob proposta do Executivo da Câmara de 30 de março de 2017, apresentar o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1. Nos termos do disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro):

- verificámos periodicamente, com a profundidade e extensão consideradas adequadas, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- verificámos os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, os quais foram preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e que compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 34.997.878 euros e um total de fundos próprios de 11.190.462 euros, incluindo um resultado líquido de 1.926.627 euros), a Demonstração de resultados consolidada por natureza e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais;
- aferimos da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

2. A ação fiscalizadora desenvolvida permite-nos concluir que, tendo em conta o mencionado na Certificação Legal das Contas que emitimos, com reservas, a informação contabilística e o Relatório e Contas Consolidadas satisfazem as disposições legais, refletem a atividade desenvolvida e a situação económica e financeira do Grupo.

3. A situação económica e financeira do Grupo está devidamente expressa nos referidos documentos de prestação de contas consolidadas e não foram identificados factos que se considere reveladores de graves dificuldades na prossecução das responsabilidades do Grupo.

4. Nesta conformidade, tendo em conta as ações levadas a cabo e o teor da Certificação Legal das Contas que emitimos, com reservas, somos de parecer que seja aprovado o Relatório e Contas Consolidadas do exercício de 2018.

Maia, 11 de junho de 2019



NELSON MOINHOS & PAULO LIMA, SROC (n.º 131)

representada por

Paulo Roberto de Souza Mathias Lima, ROC (n.º 750)

PARECER SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Em conformidade com o disposto na Lei das Finanças Locais, como seja nas alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem o Revisor Oficial de Contas do **MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO**, nomeado para os anos de 2017 a 2019 por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de abril de 2017, sob proposta do Executivo da Câmara de 30 de março de 2017, apresentar o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1. Nos termos do disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro):

- verificámos periodicamente, com a profundidade e extensão consideradas adequadas, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- verificámos os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, os quais foram preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e que compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 34.997.878 euros e um total de fundos próprios de 11.190.462 euros, incluindo um resultado líquido de 1.926.627 euros), a Demonstração de resultados consolidada por natureza e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais;
- aferimos da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

2. A ação fiscalizadora desenvolvida permite-nos concluir que, tendo em conta o mencionado na Certificação Legal das Contas que emitimos, com reservas, a informação contabilística e o Relatório e Contas Consolidadas satisfazem as disposições legais, refletem a atividade desenvolvida e a situação económica e financeira do Grupo.

3. A situação económica e financeira do Grupo está devidamente expressa nos referidos documentos de prestação de contas consolidadas e não foram identificados factos que se considere reveladores de graves dificuldades na prossecução das responsabilidades do Grupo.

4. Nesta conformidade, tendo em conta as ações levadas a cabo e o teor da Certificação Legal das Contas que emitimos, com reservas, somos de parecer que seja aprovado o Relatório e Contas Consolidadas do exercício de 2018.

Maia, 11 de junho de 2019



NELSON MOINHOS & PAULO LIMA, SROC (n.º 131)

representada por

Paulo Roberto de Souza Mathias Lima, ROC (n.º 750)